

MENSAGEM AO POVO BRASILEIRO: A CONTRUÇÃO DO *ETHOS* NA DEFESA DA EX PRESIDENTE DILMA ROUSSEF NO PROCESSO DE IMPEACHMENT

Suely Symara de Almeida; Gabriela Castro Marques; Adrilene Souza Bento

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – suelysymara@hotmail.com; gabcastro.castro@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a construção do *ethos* argumentativo presente na carta da ex presidente Dilma Rousseff apresentada ao senado e dirigida ao povo brasileiro. Nesse sentido, procuramos evidenciar em seu discurso as principais técnicas argumentativas utilizadas na tentativa de persuadir e convencer seu auditório (tanto o particular quanto o universal). Sendo assim, o trabalho apresenta um percurso sobre a Retórica e o seu surgimento, bem como traz discussões sobre a constituição do *ethos* e as técnicas argumentativas. Para tanto, respalda-se nos pressupostos teóricos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), assim como nos estudos de Reboul (2004) e Souza (2008), dentre outros. No que diz respeito ao *corpus*, o mesmo foi retirado do site do governo e se constitui de uma carta da ex presidente da república como forma de defesa no processo de impeachment, intitulada “Mensagem da presidente Dilma Rousseff ao Senado e ao Povo Brasileiro”. O trabalho se torna relevante na medida em que apresenta uma análise atual acerca de um momento histórico ocorrido no cenário brasileiro à luz da argumentação. Espera-se que o texto traga contribuições para os estudos argumentativos e da linguagem, no sentido de oportunizar os leitores a refletirem sobre as escolhas e técnicas argumentativas utilizadas pelo *ethos* ao construir seu discurso.

Palavras-chave: *Ethos*, Discurso, Técnicas Argumentativas.

Considerações Iniciais

Este trabalho tem como objetivo analisar a construção do *Ethos* presente na carta aberta da presidenta Dilma Rousseff. Para isso, faz-se necessário identificar as técnicas argumentativas usadas para a construção do seu discurso na tentativa de convencer o seu auditório, os senadores, a não votarem a favor do seu processo de *impeachment* perante a sociedade brasileira.

Cabe citar que a presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi reeleita pelo voto popular no dia 26 de outubro de 2014, vencendo o seu opositor Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), atingindo 51,64% dos votos, votos esses que seguem a constituição, que são legítimos no pleito da candidatura da presidente e necessário para exercer o direito de cidadania dos seus eleitores.

A primeira votação do processo de *impeachment*, ora mencionado, ocorreu no dia 17 de abril de 2016 em que estava presente a maioria dos deputados federais, dos quais, 367 votaram a favor e 147 votaram contra o processo, incluindo os votos nulos e as abstenções. Mediante esse resultado, a presidenta permaneceria afastada, por 180 dias, quando se submeteria à próxima votação por parte do senado, cujas sessões foram assistidas pela grande maioria da população brasileira.

No dia 31 de agosto de 2016 deu-se a nova votação, dessa vez no senado, foi nesse contexto em que a presidenta Dilma Rousseff proferiu o seu discurso de defesa, através de uma carta aberta, na qual não se dirigia somente ao senado, mas também ao povo brasileiro, principalmente àqueles que acreditaram e votaram nela. Embora, naquele momento, coubesse aos senadores decidirem sobre o seu processo de *impeachment*.

O trabalho se justifica na medida em que apresenta uma análise atual acerca de um momento histórico ocorrido no cenário brasileiro, ao passo em que analisa as principais técnicas argumentativas utilizadas pela ex presidente em seu discurso como tentativa de persuadir e convencer o auditório de sua inocência frente às acusações a ela direcionadas.

Sendo assim, este estudo se organiza, a princípio, apresentando uma discussão teórica acerca da retórica, do *ethos* e das técnicas argumentativas, com respaldo em pressupostos teóricos como os de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), Souza (2008), Meyer (2007) assim como os estudos de Reboul (2004) e Abreu (2006). Em seguida, analisamos o discurso de Dilma à luz da argumentação e das discussões apresentadas.

O surgimento da Retórica e a Nova Retórica

A Retórica nasceu há 465 a.C na Sicília grega, quando os cidadãos inconformados pelos acontecimentos e por serem extorquidos pelos tiranos resolveram reclamar seus direitos. Com isso, surge a guerra civil que permeou por muitos conflitos judiciais. Por falta de advogados qualificados para defenderem as causas, era preciso que os cidadãos recorressem aos mestres da Retórica, que procuraram escrever uma coletânea de preceitos básicos contendo os Argumentos necessários e imbatíveis para recorrer na justiça.

Segundo Reboul (2004) no ano de 427 a.C. Górgias discípulo de Empédocles segue para Atenas numa espécie de embaixada e devido a sua capacidade de dialogar em público, especialmente porque ele usava muitas metáforas e vertentes filosóficas, consegue então encantar os Atenienses.

Diante disso, surge nas escolas da Grécia uma forma de estudar a Retórica, como uma disciplina curricular, tendo como professores os sofistas, de modo que, as crianças aprendiam desde cedo a arte do bem falar, uma forma “bonita” e elegante de dialogar, que se mostra capaz de convencer as pessoas que aquilo que estava sendo pronunciado era verdade. De acordo com Reboul (2004, p. 13) a preocupação desses mestres era “Ensinar a compor segundo um plano, a encadear os argumentos de modo coerente e eficaz, cuidar do estilo, encontrar figuras exatas, falar distintivamente e com vivacidade”.

A partir da década de 1960 começam a surgir novos estudos a respeito da Retórica, uma abordagem que não se limita apenas aos estudos dos judiciários, mas também, uma alternativa encontrada para se estudar as mais diversas formas de discursos, os mais diversos gêneros discursivos. Ou seja, começa a surgir uma nova visão de estudo do discurso e da linguagem, que dá lugar às práticas sociais discursivas. É nesse contexto que os interlocutores passam a defender suas teses pautadas nas questões ideológicas, históricas e sociais, o que contribui para o surgimento da Nova Retórica. Conforme Silva (2013, p. 26), “Os fundadores da Nova Retórica se interessam pelo estudo das práticas discursivas, considerando os aspectos sociais, históricos e ideológicos das teses defendidas pelos interlocutores em seus processos de discursivização”.

O enunciador estabelece um diálogo com outras pessoas e outros discursos, fazendo com que esses enunciados estabeleçam relações com o seu público alvo, com aqueles que estão diante do orador. Esses enunciados fazem parte da gama de textos que circulam na sociedade e que se apresenta por meio de diversas situações de uso, seja numa conversa informal entre interlocutores ou em contextos mais formais, tais como palestras e conferências.

Para que o orador possa persuadir o seu auditório faz-se necessário, de acordo com os estudos Aristotélicos, recorrer a três tipos de provas que são: o *ethos*, *phatos* e *logos*, como discutiremos a seguir.

Ethos, phatos e logos

O *ethos*, para os gregos, era denominado por meio da autoimagem, as escolhas e especificidades de personalidade, que está atrelada a derivação da palavra ética que diz respeito às reflexões, critérios, essência crítica que suscita valores moralmente corretos. Enquanto que, o orador trata-se de um indivíduo conhecedor de alguma área da sociedade, em que se espera que saiba responder a questionamentos sobre esse determinado assunto.

Portanto, é importante que tenhamos clara essa distinção entre *ethos* e orador, embora reconhecamos a relação intrínseca e essencial estabelecida entre ambos, afinal o *ethos* não tem objeto próprio, porém, exerce um laço com a pessoa/orador, ou seja, é a imagem que ele transmite de si. Dependendo da imagem que o orador passar, transmitirá uma certa autoridade através dos argumentos usados por ele. Assim, “O *éthos* é o orador como princípio (e também como argumento) de autoridade” (MEYER, 2007, p. 35).

Explicitando melhor sobre essa autoridade, Meyer (2007) exemplifica a criança que na fase infantil é natural manter-se sempre a perguntar o porquê das coisas. Segundo este estudioso, a criança não está em saber das respostas daquelas determinadas perguntas, de maneira que as respostas firmes do pai, por exemplo, quebram a “onda” de inúmeras possibilidades, passa para a criança segurança, pois, para ela, o pai possui a autoridade com conhecimento sobre aquela área. Sendo assim, o *ethos* é o ponto final desse questionamento.

Diante disso, se faz necessário afirmar que *ethos* não é sinônimo de orador nem pode se restringir à pessoa que fala para um público, ao contrário, a situação é bem mais complexa, pois na verdade o *ethos* é a imagem de si, o ser que exerce uma afinidade, um vínculo com o auditório que anseia por respostas dos questionamentos levantados.

O *phatos*, por sua vez, está intimamente relacionado ao auditório em questão, ou seja, o *phatos*, diferente do que muitos pensam, vai muito além do conjunto de pessoas que estão dispostas a ouvir o orador. Conforme Meyer (2007, p. 36) “o *phatos* é a fonte das questões e estas respondem a interesses múltiplos, dos quais dão provas as paixões, as emoções ou simplesmente as opiniões.”.

Conforme o autor citado, essas paixões são transmitidas pelo *ethos*, pessoa que fala, para o seu auditório através dos seus argumentos. O *logos*, público, em questão pode aderir as teses do orador, chegando a paixão ou simplesmente aceita-las ou não, havendo assim uma certa troca de perguntas e respostas.

O *logos* é, na verdade, todos os argumentos levantados pelos sujeitos que falam, ou seja, são as respostas que estão em questão, formadas por alguma espécie de julgamento. No que diz respeito a isso, Meyer (2007, p. 45) afirma que “Todo julgamento é uma resposta a uma questão que se coloca e é composto de termos que são formados como aderidos a questões que não mais se colocam e graças às quais é possível comunicar.”. Desse modo, o *logos* se faz pelos questionamentos levantados pelo *ethos* e o *phatos* diante de uma conversa, havendo assim a interação entre ambas as partes.

Para que a argumentação tenha realmente a eficácia necessária diante dos fatos apresentados, temos que levar em consideração o seu auditório seja ele o particular, aquele conjunto (ou não) de pessoas que segundo Abreu (2006, p. 42) “[...]cujas variáveis controlamos.”. Ou universal.

O auditório universal é aquele em que a pessoa que fala não tem proporção nem mesmo conhecimento das pessoas que estão lhe ouvindo, pois, esse auditório abrange certo número de pessoas incalculáveis. De acordo com Abreu (2006, p. 42) “o público que assiste a um programa de televisão configura um auditório universal. São homens e mulheres e todas as classes sociais de idades diferentes, diferentes profissões e de diferentes regiões do país.”.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) todo orador que visa apenas o auditório particular está sujeito a um inconveniente, pois precisa se apoiar em teses que sustentam as suas ideias para poder chegar a adesão do seu auditório, mas sobretudo a pessoa que fala, na maioria das vezes procura adaptar seus argumentos especialmente a forma de como os seus ouvintes querem ver, por isso, o orador as vezes apoia-se em teses estranhas ou opostas as suas. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 34) “Esse perigo fica aparente quando se trata de um auditório heterogêneo, que o autor deve decompor para as necessidades de uma argumentação.”.

Nesse sentido, a argumentação é elaborada por meio de teses e técnicas argumentativas bem elaboradas para que se chegue ao “alcance” do auditório. Como podemos perceber a seguir.

Teses e Técnicas Argumentativas

Segundo Souza (2008) as teses são fundamentais para que o orador possa defender seus argumentos de forma eficaz, uma vez que, a tese adota a função principal no processo de dialógico, podendo assim haver a adesão do seu auditório. Isso fica bem evidente quando afirma que é

Nas interações discursivas que constituem as relações sociais dos seres humanos, os oradores, ao construírem os seus textos, o que implica em defender teses, dialogam com os seus interlocutores também nas relações entre as teses argumentativas, uma vez que, nessa interação dialógica, o orador almeja convencer o seu auditório da verdade ou plausibilidade de seus argumentos[...]. (SOUZA, 2008, p. 66)

Sendo assim, as teses fazem parte dos argumentos estabelecidos pelo sujeito/orador nas suas relações comunicativas para poder dar sustentabilidade a sua fala e poder convencer o seu auditório que os seus argumentos são verídicos.

Podemos perceber que as teses possuem categorias que servem para facilitar as análises de um texto, uma vez que essa tese pode ser buscada na ideia inicial de um texto juntamente com as

técnicas argumentativas utilizadas pelo orador para colaborar com a persuasão do auditório, uma vez que para Souza (2008) essas teses revelam a função ideológica e social presente no discurso do orador.

As técnicas argumentativas, por sua vez, são os métodos usados pela pessoa que fala, orador e enunciador, para dar ênfase e/ou comprovar que a sua tese é verídica e pode ser aceita pelos seus ouvintes.

Técnicas argumentativas são os fundamentos que estabelecem a ligação entre as teses de adesão inicial e a tese principal. Essas técnicas compreendem dois grupos principais: OS ARGUMENTOS QUASE LÓGICOS e os ARGUMENTOS FUNDAMENTADOS NA EXTRUTURA DO REAL. (ABREU, 2006, p.49, grifos em caixa alta do autor).

Como vimos, as pessoas que argumentam procuram sempre estabelecer suas falas fundamentadas nas técnicas argumentativas, seja por meio de argumentos quase lógicos ou por meio de argumentos fundamentados na estrutura do real, para fazer com que o auditório esteja cada vez ciente que as suas intenções estão plausíveis e assim poder ganhar a adesão do seu público alvo. A seguir, abordaremos alguns desses argumentos.

a) Os argumentos quase-lógicos

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) a argumentação quase-lógica é na verdade uma forma mais explícita de dizer as coisas, nesse caso, o orador fará uso dos argumentos formais aos quais ele se refere baseados no prestígio do pensamento lógico. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 219) “Em todo Argumento quase-lógico convém pôr em evidência, primeiro, o esquema formal que serve de molde à construção do argumento, depois [...]visam torná-las comparáveis, semelhantes e homogêneos.”.

Segundo os autores, alguns desses argumentos são: regra da justiça (tratamento igual para todos os seres humanos e situações); compatibilidade e incompatibilidade (quando o orador demonstra a sua tese inicial é compatível ou incompatível com a tese principal); o argumento pelo ridículo (consiste em criar situações irônicas), argumento de reciprocidade, comparação (ser comparado a outra pessoa), sacrifício (quando a pessoa se sacrifica por outra pessoa ou por algo) entre outros.

b) Os argumentos fundamentados na estrutura do real

Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) os argumentos fundamentados na estrutura do real são aqueles casos mais particulares que podem, na maioria das vezes, desempenhar papéis muito variados. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 400) “Em ciências, os casos particulares são tratados, quer como exemplos que devem levar à formulação de uma lei ou à determinação de uma estrutura, quer como amostras, ou seja, ilustração e uma lei ou de uma estrutura reconhecida”.

Como vimos, esses argumentos servem tanto para os casos particulares como para formulação de leis que a comprovem, nesse caso, podemos dizer que estão entre eles os argumentos pelo exemplo (quando coloca as ações de outra pessoa como imitação), ilustração, modelo (modelo de pessoa a ser seguido) e antimodelo (modelo de pessoa que se deve evitar) entre outros.

A construção do *ethos* da presidente Dilma Rousseff em sua defesa no processo de *impeachment*

A carta aberta da presidenta Dilma Rousseff, trata-se de uma carta escrita no decorrer de um processo de *impeachment*, em que, até então, a presidenta se defende das acusações dirigidas a ela afirmando ser inocente. Nesse sentido, passamos para a análise da carta, lembrando sempre do princípio da formação sócio discursiva a que esse gênero textual, pertence, carta aberta. A oradora apresenta como tese principal o enunciado “A democracia há de vencer”, a presidenta se reporta ao fato de ter sido eleita pelo voto da maioria dos eleitores, cujo pleito representara o direito democrático dos 110 milhões de eleitores que a reelegeram.

Segundo a presidenta, linha 17, “Quem afasta um presidente pelo ‘conjunto da obra’ é o povo, e só o povo, nas eleições”, a presidenta deixa evidente a sua tese inicial que ela era apta a exercer o seu mandato, pois não havia amparo legal que justificasse o seu impedimento na Presidência da República brasileira. Logo, esse processo caracterizaria um golpe, uma vez que não se apresentavam elementos comprobatórios que se classificaria como crime de responsabilidade. A referência ao termo utilizado por seus opositores, “conjunto da obra”, enfatiza a tese de que ela não agrada a determinados grupos políticos.

No intuito de reafirmar sua tese principal, a então presidenta inicia seu discurso relatando por meio de observação e vivência, momentos pelos quais estava passando durante o processo no qual está sendo julgada, quando relata através do argumento baseado na estrutura do real, ou seja, o argumento pelo exemplo, já que, nas ruas, recebera apoio, carinho e alento, como também, fortes

críticas à maneira como ela conduzia o país, mostrando-se disposta a fazer dessas críticas um motivo para melhorar. Nesse caso, a presidenta pretende assegurar a legitimidade do seu governo a partir das manifestações populares que, segundo ela, só a fortaleceram.

Em seguida, a oradora reconhece que o país enfrenta uma crise política e econômica e, mais uma vez, baseia-se no argumento que fundamenta a estrutura do real, mais especificamente o argumento da ilustração. Dilma afirma, na linha 14-15 de sua carta, que “No presidencialismo previsto em nossa Constituição, não basta a desconfiança política para afastar um Presidente”, sendo assim, a presidenta tenta mostrar para os seus opositores que foi eleita pela vontade do povo, exercendo o direito democrático que está previsto na constituição e que não basta apenas uma desconfiança, e sim, provas concretas baseadas na realidade para afastá-la da presidência.

Dessa forma, a oradora apela à via democrática para a solução destes problemas, sugerindo, assim, um plebiscito, através do qual, a população seria consultada sobre a iminência de amplas reformas política e eleitoral no sentido de rever, em suas palavras, linhas 25-26 “o número excessivo de partidos, práticas políticas questionáveis”, bem como, nas linhas 30-31 “promover a moralização dos financiamentos das campanhas eleitorais, o fortalecimento da fidelidade partidária”. Enfim, sugere a criação de um pacto pela Unidade Nacional envolvendo a população nas decisões que possibilitem um melhor caminho para o país.

Desse modo, o discurso ora analisado, clama pelo fortalecimento de valores que assegurem o estado democrático de direito, numa clara demonstração de confiança na capacidade da população para atuar, direta e democraticamente, nas mudanças às quais se refere.

Neste sentido, a autora da missiva conclama com o seu auditório, que nesse momento se configura como particular, o Congresso Nacional, para unir forças junto aos movimentos sociais, empresários, trabalhadores e entidades afins, no enfrentamento dos problemas que assolam o país, ampliar esse auditório. E foi transmitido pela televisão, mas o auditório se tornou universal porque ela não teve controle sobre as variáveis do seu discurso, uma vez que toda a população brasileira estava a ouvi-la.

Fica evidente que o encaminhamento discursivo da presidenta reflete uma autoanálise da sua gestão, visto que assume um comprometimento e disponibilidade para o diálogo, deixando evidente nas linhas 39-40 que o “desarmamento dos espíritos e o arrefecimento das paixões devem sobrepor-se a qualquer sentimento de desunião”, uma vez que as acusações a ela imputadas foram praticadas em administrações anteriores, então, se não foram consideradas ilegais para o demais não o seriam agora, confirmando assim a inconstitucionalidade do *impeachment*.

A oradora ainda faz seu discurso baseado no argumento quase-lógico, o argumento do sacrifício que demonstra a importância que a presidenta dá ao sacrifício que fez durante a sua vida, quando diz na linha 94 “A vida me ensinou o sentido mais profundo da esperança. Resisti ao cárcere e à tortura”, a presidenta faz questão de lembrar aos seus ouvintes que durante o regime militar, ela passou por momentos difíceis, chegando a ser presa e torturada e que só se manteve firme por que acredita na sua fé, e essa mesma fé vai fazer com que ela se mantenha forte até o fim do seu julgamento.

Por fim, a oradora constrói o seu *ethos* como uma pessoa digna de estar comandando o Brasil, pois em toda a sua carta ela se mostra uma pessoa idônea à desonestidade. Covardia e traição? Talvez, quando se reforça a gravidade de se condenar um possível inocente, sobretudo, colocando-se como alguém que resistiu ao cárcere e a tortura e não como uma pessoa que tenha cometido um crime de responsabilidade fiscal, logo, mantinha a esperança na vitória da democracia, ou seja, no respeito à decisão majoritária das urnas que a reelegeu Presidenta do Brasil.

Considerações finais

Neste trabalho, procuramos evidenciar o *ethos* da presidenta Dilma Rousseff em relação a sua carta que foi dirigida ao senado e ao povo brasileiro, tendo como foco da análise as técnicas argumentativas utilizadas por ela na formulação da sua tese inicial, considerando o seu processo de construção com intuito de ganhar a adesão do seu público e assim atingir o seu objetivo, que é continuar na presidência do Brasil. Para tal, nos baseamos em estudos realizados na área da argumentação que nos possibilitou chegar aos nossos resultados.

Ao analisarmos a carta, constatamos que a presidenta utiliza os argumentos baseados na estrutura do real, mais especificamente o argumento pelo exemplo e o da ilustração, aos quais demonstram o que a mesma vivenciou nas ruas durante o processo de *impeachment*, considerando a reação do povo mediante o processo, assim como a falta de provas da oposição que utilizou como argumento apenas a edição de decreto e as pedaladas fiscais, prática utilizada, inclusive por outros presidentes.

Observamos também o uso do argumento quase-lógico, o argumento do sacrifício, ao passo que a presidenta Dilma Rousseff, expressa todo o sofrimento e dificuldade enfrentados durante o seu percurso sem perder a fé e a esperança de que no final tudo daria certo.

Desse modo, nossa análise revela a intenção da presidenta de comprovar o *ethos*, uma vez que se porta ao seu caráter honesto para com o seu auditório, que se configura tanto no senado como na população brasileira de modo geral. Assim, em sua tese principal, ela defende a ideia de que é apta

ao cargo de presidente do Brasil, utilizando-se de técnicas argumentativas intencionais, a legitimidade da candidatura da presidente eleita Dilma Rousseff pela maioria de votos. Apela ao senso comum tanto dos parlamentares que fazem parte da sessão quanto ao clamor populacional no intuito de sustentar seu discurso e atingir o seu público alvo.

Em suma, esperamos que o nosso trabalho traga contribuições para os estudos argumentativos e da linguagem, no sentido de oportunizar os leitores a refletirem sobre as escolhas e as técnicas argumentativas utilizadas pelo *ethos* da ex presidente da república ao construir seu discurso, em um momento histórico vivenciado pelo país.

Referências

- ABREU, A.S. **A Arte de Argumentar**: gerenciando razão e emoção. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.
- MEYER, M. A unidade da retórica e seus componentes. In: **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.
- PERELMAN, C. OLBRECHTS – TYTECA. L. **Tratado de argumentação**: a nova retórica. Tradução GALVÃO, M. E. A. P. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ROUSSEFF, D. **Carta aberta**. Disponível em: <<http://dilma.com.br/mensagem-ao-povo-brasileiro-e-ao-senado-federal-democracia-ha-de-vencer/>> Acesso em 01/10/2016 às 13:50.
- REBOUL, O. **Introdução à retórica**. Tradução de I. C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SILVA, A. A. Da origem da retórica à teoria da argumentação no discurso. In: **Argumentação em textos escritos por crianças em fase de alfabetização**. Curitiba: PR: CRV, 2013.
- SOUZA, G. S de. Argumentação no discurso: questões conceituais. In FREITAS, A. C., RODRIGUES. L. O & SAMPAIO, M. L. P. (org) **linguagem, discurso e cultura**: múltiplos objetos e abordagens. Mossoró: Queima-Bucha/Edições UERN, 2008, p. 57-74.

ANEXO

- 01-. Dirijo-me à população brasileira e às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores para manifestar mais uma
02. vez meu compromisso com a democracia e com as medidas necessárias à superação do impasse político que
03. tantos prejuízos já causou ao País.

04. Meu retorno à Presidência, por decisão do Senado Federal, significará a afirmação do Estado Democrático de Direito e poderá contribuir decisivamente para o surgimento de uma nova e promissora realidade política.

07. Minha responsabilidade é grande. Na jornada para me defender do impeachment me aproximei mais do povo, tive oportunidade de ouvir seu reconhecimento, de receber seu carinho. Ouvi também críticas duras ao meu governo, a erros que foram cometidos e a medidas e políticas que não foram adotadas. Acolho essas críticas com humildade e determinação para que possamos construir um novo caminho.

11. Precisamos fortalecer a democracia em nosso País e, para isto, será necessário que o Senado encerre o processo de impeachment em curso, reconhecendo, diante das provas irrefutáveis, que não houve crime de responsabilidade. Que eu sou inocente.

14. No presidencialismo previsto em nossa Constituição, não basta a desconfiança política para afastar um Presidente. Há que se configurar crime de responsabilidade. E está claro que não houve tal crime. Não é legítimo, como querem os meus acusadores, afastar o chefe de Estado e de governo pelo “conjunto da obra”.

17. Quem afasta o Presidente pelo “conjunto da obra” é o povo e, só o povo, nas eleições. Por isso, afirmamos que, se consumado o impeachment sem crime de responsabilidade, teríamos um golpe de estado. O colégio eleitoral de 110 milhões de eleitores seria substituído, sem a devida sustentação constitucional, por um colégio eleitoral de 81 senadores. Seria um inequívoco golpe seguido de eleição indireta.

21. Ao invés disso, entendo que a solução para as crises política e econômica que enfrentamos passa pelo voto popular em eleições diretas. A democracia é o único caminho para a construção de um Pacto pela Unidade Nacional, o Desenvolvimento e a Justiça Social. É o único caminho para sairmos da crise.

24. Por isso, a importância de assumirmos um claro compromisso com o Plebiscito e pela Reforma Política. Todos sabemos que há um impasse gerado pelo esgotamento do sistema político, seja pelo número excessivo de partidos, seja pelas práticas políticas questionáveis, a exigir uma profunda transformação nas regras vigentes.

27. Estou convencida da necessidade e darei meu apoio irrestrito à convocação de um Plebiscito, com o objetivo de consultar a população sobre a realização antecipada de eleições, bem como sobre a reforma política e eleitoral. Devemos concentrar esforços para que seja realizada uma ampla e profunda reforma política, estabelecendo um novo quadro institucional que supere a fragmentação dos partidos, moralize o financiamento das campanhas eleitorais, fortaleça a fidelidade partidária e dê mais poder aos eleitores.

32. A restauração plena da democracia requer que a população decida qual é o melhor caminho para ampliar a governabilidade e aperfeiçoar o sistema político eleitoral brasileiro. Devemos construir, para tanto, um amplo Pacto Nacional, baseado em eleições livres e diretas, que envolva todos os cidadãos e cidadãs brasileiros.

36. Um Pacto que fortaleça os valores do Estado Democrático de Direito, a soberania nacional, o desenvolvimento econômico e as conquistas sociais. Esse Pacto pela Unidade Nacional, o Desenvolvimento e a Justiça Social permitirá a pacificação do País.

39. O desarmamento dos espíritos e o arrefecimento das paixões devem sobrepor-se a todo e qualquer sentimento de desunião. A transição para esse novo momento democrático exige que seja aberto um amplo diálogo entre todas as forças vivas da Nação Brasileira com a clara consciência de que o que nos une é o Brasil.

42. Diálogo com o Congresso Nacional, para que, conjunta e responsavelmente, busquemos as melhores soluções para os problemas enfrentados pelo País. Diálogo com a sociedade e os movimentos sociais, para que as demandas de nossa população sejam plenamente respondidas por políticas consistentes e eficazes.

45. As forças produtivas, empresários e trabalhadores, devem participar de forma ativa na construção de propostas para a retomada do crescimento e para a elevação da competitividade de nossa economia.

52. Reafirmo meu compromisso com o respeito integral à Constituição Cidadã de 1988, com destaque aos direitos e garantias individuais e coletivos que nela estão estabelecidos. Nosso lema persistirá sendo “nenhum direito a menos”.

55. As políticas sociais que transformaram a vida de nossa população, assegurando oportunidades para todas as pessoas e valorizando a igualdade e a diversidade deverão ser mantidas e renovadas. A riqueza e a força de nossa cultura devem ser valorizadas como elemento fundador de nossa nacionalidade.

58. Gerar mais e melhores empregos, fortalecer a saúde pública, ampliar o acesso e elevar a qualidade da educação, assegurar o direito à moradia e expandir a mobilidade urbana são investimentos prioritários para o Brasil. Todas as variáveis da economia e os instrumentos da política precisam ser canalizados para o País voltar a crescer e gerar empregos.

62. Isso é necessário porque, desde o início do meu segundo mandato, medidas, ações e reformas
63. necessárias para o País enfrentar a grave crise econômica foram bloqueadas e as chamadas pautas-bomba
64. foram impostas, sob a lógica irresponsável do “quanto pior, melhor”.

65. Houve um esforço obsessivo para desgastar o governo, pouco importando os resultados danosos
66. impostos à população. Podemos superar esse momento e, juntos, buscar o crescimento econômico e a
67. estabilidade, o fortalecimento da soberania nacional e a defesa do pré-sal e de nossas riquezas naturais e
68. minerárias.

69. É fundamental a continuidade da luta contra a corrupção. Este é um compromisso inegociável. Não
70. aceitaremos qualquer pacto em favor da impunidade daqueles que, comprovadamente, e após o exercício
71. pleno do contraditório e da ampla defesa, tenham praticado ilícitos ou atos de improbidade.

72. Povo brasileiro, Senadoras e Senadores,

73. O Brasil vive um dos mais dramáticos momentos de sua história. Um momento que requer coragem e
74. clareza de propósitos de todos nós. Um momento que não tolera omissões, enganos, ou falta de compromisso
75. com o País.

76. Não devemos permitir que uma eventual ruptura da ordem democrática baseada no impeachment sem
77. crime de responsabilidade fragilize nossa democracia, com o sacrifício dos direitos assegurados na Constituição
78. de 1988. Unamos nossas forças e propósitos na defesa da democracia, o lado certo da História.

80. Tenho orgulho de ser a primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Tenho orgulho de dizer que, nestes
79. anos, exerci meu mandato de forma digna e honesta. Honrei os votos que recebi.

80. Em nome desses votos e em nome de todo o povo do meu País, vou lutar com todos os instrumentos
81. legais de que disponho para assegurar a democracia no Brasil. A essa altura todos sabem que não cometi
82. crime de responsabilidade, que não há razão legal para esse processo de impeachment, pois não há crime.

83. Os atos que pratiquei foram atos legais, atos necessários, atos de governo. Atos idênticos foram
84. executados pelos presidentes que me antecederam. Não era crime na época deles, e também não é crime
85. agora.

86. Jamais se encontrará na minha vida registro de desonestidade, covardia ou traição. Ao contrário dos que
87. deram início a este processo injusto e ilegal, não tenho contas secretas no exterior, nunca desviei um único
88. centavo do patrimônio público para meu enriquecimento pessoal ou de terceiros e não recebi propina de
89. ninguém.

90. Esse processo de impeachment é frágil, juridicamente inconsistente, um processo injusto, desencadeado
91. contra uma pessoa honesta e inocente.

92. O que peço às senadoras e aos senadores é que não se faça a injustiça de me condenar por um crime que
93. não cometi. Não existe injustiça mais devastadora do que condenar um inocente.

94. A vida me ensinou o sentido mais profundo da esperança. Resisti ao cárcere e à tortura. Gostaria de não ter
95. que resistir à fraude e à mais infame injustiça. Minha esperança existe porque é também a esperança
96. democrática do povo brasileiro, que me elegeu duas vezes Presidenta.

97. Quem deve decidir o futuro do País é o nosso povo. A democracia há de vencer.

(Dilma Rousseff Brasília, 16 de agosto de 2016).